

A “TRANSIÇÃO TRANSADA”: FLORESTAN FERNANDES E A “DEMOCRATIZAÇÃO” (1984-1994)

RODRIGO PEREIRA CHAGAS*

Diferente do momento anterior – vivenciado sob forte censura – o papel da imprensa e de várias instituições cívicas ganham fôlego, durante a fase final da “abertura política”, e, aparentemente, maior influência no desdobramento do processo histórico – o que fica claro ao analisarmos, por exemplo, movimentos como as *Diretas-já* e a *Eleição e Impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo.

É dentro deste quadro de “ressurgimento” que Florestan Fernandes ocupará um espaço de destaque – muito maior do que qualquer outro que o autor alcançara até então –, resultado das centenas de artigos na *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e de sua atuação no *Congresso Nacional*, entre outros. Produzindo, desta forma, o que Gramsci denomina de *jornalismo integral* por um lado e, num âmbito mais geral, atuando como um *intelectual orgânico*. Em uma palavra, realizará uma intervenção, seja ela como *História, Historiadores, Historiografia*.

publicista ou político, no sentido de “tentar despertar em quem me ouvir a consciência de que é preciso acabar com essa relação passiva das classes trabalhadoras e oprimidas diante do uso de recursos legais”, como afirmou no lançamento de sua campanha em 1986.

De uma forma geral, Florestan se valerá amplamente da expressão “transição transada” – cunhada pelo jornalista Jânio de Freitas – para afirmar que a efetivação da protelada e distendida “abertura democrática” se deu através de uma “situação histórica de ‘conciliação nacional’, isto é, uma conciliação conservadora” que, segundo ele, reiterou a “tradição brasileira” de “zerar a presença popular em todos os processos cívicos e políticos de alguma magnitude, monopolizados pelas elites culturais e políticas ‘esclarecidas’”.

Para compreendermos melhor este posicionamento do autor, vale que retomemos sua trajetória ao longo do governo militar que lhe dará subsídios para intervenção que operou enquanto *oposição radical* ao que chamou de *contra-revolução preventiva*.

Quando exilado no Canadá (1969-1972), Florestan teve seus esforços e atenção voltados à consolidação de uma contraposição efetiva ao regime militar. É provavelmente em Toronto que começa a se consolidar sua ruptura com a posição anterior quando catedrático da cadeira de Sociologia I da USP.

De volta ao Brasil, pela impossibilidade de uma atuação efetiva contra o regime no exílio, tentou articular uma análise científica rigorosa da realidade posta e a teleologia de uma sociedade socialista de inspiração marxista-leninista e muitas vezes de forma solitária – que resvalou mesmo em um ostracismo.

É importante que nos atentemos um pouco mais para a ruptura que comentamos. Entre 1966 e 1972, Florestan Fernandes efetuara uma “radicalização” em suas perspectivas teóricas e práticas, abandonando a posição de *Intelligentsia* – enquanto categoria que atuaria acima das classes –, pela posição de *intelectual orgânico* – ao lado das massas populares e a seu serviço. Assim, ao contrário da perspectiva que Barbara Freitag chamou

de “acadêmico-reformista” vislumbrada entre os anos 50 e 60, a proposta de ação que o autor conjectura é, pós 1972, a de participação popular mássica e “radical”, no sentido de travar um “combate político direto com ânimo de bater o adversário (e não, simplesmente, de ocupar o espaço político que este se disponha a abrir aos ‘radicais’ e aos ‘setores inconformistas’ da sociedade)”.

Seu primeiro esforço teórico de fôlego que busca resgatar as determinações históricas para compreender a ditadura militar é a obra que se tornou um clássico das ciências humanas: *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* – iniciada e abandonada em 1966 e retomada com sua volta ao país em 1972, chegou ao público em 1975. Este “ensaio sociológico”, que tem como perspectiva a burguesia nacional, trata de consolidar o entendimento do autor sobre o processo de transformação do capitalismo brasileiro, expondo como suas várias “eras” – colonial, neocolonial e burguesa dependente – se articulam econômica, social e politicamente.

Seus estudos apontaram a especificidade do caso nacional, considerando que a burguesia brasileira é débil, impossibilitada de levar à frente um projeto autônomo que completasse o capitalismo brasileiro de forma a gerar o que chama de *revolução dentro da ordem*, ou seja, de atingir a dinâmica “clássica” do capitalismo. Assim, convicto de que no caso brasileiro caberia aos trabalhadores a finalização do processo de “revolução burguesa” – ainda enquanto “revolução dentro da ordem”, mas tendo sempre como ponto de chegada o socialismo –, o autor receberá como ditosa a movimentação operária que surge, após 14 anos de regime ditatorial, com o ânimo de repor a “revolução” abortada pela “contra-revolução” de 1964. Movimentação que traz para primeiro plano justamente a possibilidade de atuação das massas através da “desobediência civil”, que o autor tanto fomentou em seus escritos da década de 70.

Diante desta nova perspectiva, Florestan declara: “quando parecia que ‘estávamos órfãos de pai e mãe’, o movimento operário e sindical nos abriu novos caminhos – e caminhos históricos, que modificam o nosso presente e,

presumivelmente, o nosso futuro”. Com o mesmo entusiasmo – ainda que com certa ressalva de iniciá-lo – que Florestan compreenderá o movimento das *Diretas-já em 1984*. Ou seja, como uma autêntica participação popular que apontava para a ruptura (se não definitiva, ao menos efetiva) com o sistema ditatorial que se distendia. Tratava-se do “imenso confronto de massa popular que a ditadura acabou desencadeando contra si mesma (...) o desencadeamento popular da revolução democrática”.

Apesar do “entusiasmo” em relação a tais movimentações, o autor sempre se manteve sóbrio em relação às possibilidades efetivas, apontando as debilidades dos movimentos e partidos de esquerda e os avanços e recuos da direita. Sobriedade e arguição que não foram suficientes para evitar a surpresa sobre o desencadeamento histórico que se opera de forma surpreendente, em meados dos anos 80, e que vai no sentido inverso da ruptura com a “tradição brasileira”: “um acordo de cavalheiros permitirá (...) repescar a transição gradual, pacífica e segura que esteve no cronograma político-militar dos dois últimos governos. É fabuloso!”

Ou seja, frente ao avanço das massas deflagra-se um estratagema ardiloso, que desarticula a movimentação social via “pacto político”, “oferecido pela Aliança Democrática, pela ‘nova República’ e sacramentado por Tancredo Neves”. Pacto onde os trabalhadores deixam “de ser parte de um processo” e acabam se “tornando objeto de barganha dos de cima”. Procedimento que “visava salvar o capital de uma catástrofe econômica e a ordem política de uma comoção violenta, de consequências imprevisíveis”.

Com pujança, colocava-se em marcha o que Florestan Fernandes tratou de denunciar como objetivo central do governo militar e da *burguesia associada* durante todo processo de distensão e abertura: o nascimento de uma “democracia” das “costelas” da ditadura. Através do Colégio Eleitoral, se desenvolve um “pacto conservador” reunindo amigos e inimigos, “uma parte da ditadura, através dos chefes militares que eram ditos civilizados”, juntamente com o “setor que se considerava liberal, (...) e por aí nós tivemos uma conspiração política, que interrompe as esperanças de que a ditadura cairia em função da luta popular”.

Ao travar esta severa crítica à “transação” em torno da abertura, Florestan Fernandes não nega a existência de “avanços” na trajetória que vai da implantação da ditadura militar até a efetivação da “abertura democrática”. Para o autor, a questão se angula de forma distinta, a de que o avanço que houve, não ultrapassa “os limites que ele poderia ter atingido por outras vias, mais construtivas para uma verdadeira transformação democrática da sociedade brasileira”. Reafirma que o momento que traz à luz a “nova República” foi fruto de uma derrota que se apresentava à ditadura e que não foi explorada pelas mais diversas frentes que se diziam contra o regime, no sentido de uma efetiva democratização do país – que passaria necessariamente pela ampliação da participação das massas populares. Ao contrário, o que vigora é a reposição da expressão do político Antônio Carlos de Andrada, que sintetiza o *modus faciendi* das classes dominantes no país: “Façamos a revolução antes que o povo a faça” – agora em sua versão atualizada no alerta do “Mister Diretas-Já, Ulisses Guimarães”, que dirá sinalizando a um acordo: “As convulsões sociais estão aí”.

O estrategema conservador colocou os militares em uma retaguarda “bastante saliente” e armou, via “pacto”, uma recomposição de forças. Este rearranjo de forças é, para Florestan, um avanço no sentido em que “um governo nascido de uma composição de forças não tem as mesmas facilidades e autodeterminação que o regime que resultava de uma ditadura militar”.

Por outro lado, levando em conta os processos da classe trabalhadora durante o Estado Novo – que criou “um padrão burguês de paz social” e “que instaurou o sindicalismo pelego, ligado ao Estado” – e a ditadura de 1964 – onde “as classes trabalhadoras foram privadas de meios de auto-emancipação coletiva que pudessem organizar as suas lutas” –, houve também um avanço concreto da perspectiva das organizações da esquerda, principalmente no que diz respeito à “renovação que se deu no movimento sindical” e à “tentativa de criar mecanismos capazes de unificar a ação dos sindicatos”.

A questão para Florestan é que apesar desse avanço da classe trabalhadora ser considerável, “ele desemboca no vazio porque neste momento as classes dominantes podem ocupar todo o seu quadro de dominação institucional e as classes trabalhadoras possuem ainda meios fracos de auto-afirmação”. Em uma palavra: a “nova República” nasce, para o autor, a partir de um acordo que institucionaliza parte substancial da estrutura militar através de uma democracia tutelada pelo Colégio Eleitoral e com uma esquerda fragmentada. Quadro que se desenha pela capitulação da oposição e dos políticos “mais ou menos” liberais, pois “bastava que as forças políticas que não lograram maioria no Congresso continuassem a combater as propostas que vinham do Executivo. Mas a oposição mudou de conduta. (...) [e] A ordem ilegal do regime militar foi mantida em bloco”.

Esta breve retomada de como Florestan Fernandes se posiciona no processo de distensão e abertura, nos oferece uma ideia de quão polêmica é a posição do autor em relação à discussão – ainda muito controversa – da historiografia a respeito do golpe de 1964 e do Estado que dele resultou após mais de 20 anos de ditadura militar. Trata-se de um complexo processo que vai da “iminente vitória” das forças populares à recomposição de forças das classes dominantes e seu desdobramento nos primeiros anos tumultuados da “nova República”. Nele ocorre: a elaboração da carta constituinte de 1988, na qual Florestan toma parte ativa como deputado federal; a eleição e o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito por voto direto depois de 25 anos; e a chegada ao poder do ex-aluno de Florestan Fernandes, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, momento de inflexão, na medida em que efetiva o termo de um determinado “arranjo estatal” (o ditatorial) e estabelece o baldrame sobre o qual se configura uma nova quadra histórica da “nova República” brasileira.

Dito isso, nossa proposta de pesquisa – fruto de nossa Iniciação Científica, realizada com apoio da Fapesp – busca resgatar como o autor analisa este rearranjo de forças que se coloca no processo de abertura e consolidação desta “nova república”; quais são as possibilidades efetivas que estavam presentes naquele cenário e o papel de algumas instituições como a

Assembleia Nacional Constituinte e o Partido dos Trabalhadores pelo qual Florestan foi deputado federal por dois mandatos.

Vale lembrar que Florestan é autor de uma obra extensa e multifacetada que se estende por mais de meia centena de livros desenvolvidos sob um estatuto teórico surpreendente, tratando de temas como a sociedade tupinambá, os negros, a metodologia sociológica e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e América Latina. Como professor universitário, formou gerações de cientistas sociais na Universidade de São Paulo e figura, para muitos, como “o principal artífice da moderna sociologia brasileira”, como nos lembram Arruda e Garcia: “Figura ímpar da Ciência Social brasileira, autor de obras que compõem o nosso patrimônio intelectual”. Importância que vai para além das fronteiras nacionais – para se ter uma ideia o historiador Carlos Guilherme Mota nos narra que, em 1977, o célebre historiador inglês Eric J. Hobsbawm afirmou que Florestan Fernandes era um dos cinco maiores cientistas sociais e intérpretes da época.

Todavia, perto da importância e amplitude do autor e sua obra, ainda pouco foi realizado no sentido de resgatar suas contribuições como agente no processo histórico. Por outro lado, se observarmos a produção acadêmica sobre Florestan Fernandes, podemos notar também que o esforço no regate da obra do autor vincula-se de forma bastante acentuada à área da educação e de sua “herança sociológica”. Nossa proposta é, ao contrário, um resgate do papel histórico do autor e sua obra como marcos do pensamento social brasileiro. Desta forma, nosso intuito será recorrer seu discurso, deslindando sua crítica, que buscava impedir a *institucionalização da ditadura*. A forma pela qual a “autocracia”, através de vários meandros, continuou viva e atuante ao ponto de, por três vezes, segundo o autor, impedir as rupturas que se delinearam e “evaporaram-se, deixando de preencher sua função histórica”. Tais rupturas interrompidas seriam: 1ª) a nascida pelas *Diretas Já*, que feneceu no Colégio Eleitoral; 2ª) a que dependia da *participação popular* na elaboração da Constituição; 3ª) a que se subordinou às *eleições de 1989*.

Nossa intenção é, assim, pensar a problemática histórica enquanto experiência humana e por sua própria narração, interpretação e projeção, de forma a acompanhar o autor *pari passu* em sua trajetória.

Neste sentido, nos distanciamos da interpretação de que Florestan Fernandes fica preso estaticamente a “suposições prévias”, como Carlos Nelson Coutinho aponta em um artigo intitulado *Marxismo e a “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes*. Nesse artigo Coutinho afirmará que a posição de Florestan Fernandes permanece a mesma desde 1975 – em *A Revolução Burguesa no Brasil* – até sua morte. E compreende que ele nega “até sua morte” uma democratização efetiva, o que seria um equívoco por parte de Florestan: “Essa suposição me parece estar na raiz de concepções equivocadas presentes na produção teórica e jornalística do último Florestan”.

Contrariando a posição de Coutinho verificamos que os escritos de Florestan, principalmente os jornalísticos, “ziguezaguearam” tal qual o processo histórico “atravessado e contraditado” pela “distensão e abertura” – ainda que mantivesse seu norte em um projeto socialista –, vivenciando mesmo “as esperanças que afloram e desabam” nos vários momentos determinantes. Florestan posicionou-se como agente dentro das classes em conflito e é deste embate que se nutrem suas análises críticas. Obviamente, a relação entre o referencial categorial desenvolvido pelo autor e a realidade deve ser posta em questão, como forma de nos apropriarmos das contribuições positivas e de verificarmos possíveis contradições internas, porém este procedimento só adquire validade acadêmica na medida em que resgatamos a arquitetura de seu legado prático.

A guisa de uma conclusão cabe destacar que a seleção documental para a pesquisa está pautada em dois eixos: a pertinência em relação à temática proposta e a cronologia do material – procedimento necessário, uma vez que o autor começa sua produção nos anos 40 e abrange ampla gama de assuntos. O resultado desta delimitação geral é o eixo de nossa análise: o material que deve ser perscrutado e problematizado com todo rigor possível. E do qual buscaremos extrair categorias que sintetizem a posição do autor e

reponham a arquitetura de seu pensamento oferecendo-nos subsídios para, nas palavras de Gramsci, “descobrir a unidade real sob a aparente diferenciação e contradição, bem como descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade”, uma vez que “é este o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico”.

À parte deste núcleo central do trabalho, será necessária uma leitura mais abrangente da obra do autor nos anos 60 e 70, uma vez que este período traz questões heurísticas que atravessam os momentos seguintes de sua obra.

Apesar de considerarmos exíguos os interpretes de fôlego da problemática e época que pretendemos abordar, há certo número de comentadores, muitos deles ex-alunos e amigos de Florestan Fernandes, que através de artigos tecem compreensões do autor e sua obra. Material fundamental para criarmos um diálogo com os resultados que formos obtendo na pesquisa.

Em resumo, nosso intuito será identificar e analisar as principais categorias que o autor desenvolve – ou faz uso – ao elaborar sua compreensão/intervenção em um processo histórico bem delimitado e como essas se imbricam gerando os nexos da arquitetura de seu pensamento e sua difusão e influência dentro do processo histórico. Evitando, no entanto, a imputação de significados ao objeto a partir de conceitos exteriores ou de *paradigmas apriorísticos*. Tomando o objeto como ponto de partida e chegada, tendo nele o norte da pesquisa.

Quanto ao ordenamento do material a ser pesquisado, nos orientaremos pela disposição cronológica dos discursos a partir da datação da publicação, e indiscriminada em relação ao formato e suporte – artigos, pronunciamentos, ensaios, palestras, etc. – em que esses foram registrados.

NOTA

* Cientista Social pela Fundação Santo André e Mestrando em História Social pela PUC-SP (bolsista do CNPQ). E-mail: rpch@terra.com.br.